

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, VINTE ANOS DEPOIS DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Joel Santos

Universidade de Lisboa, Instituto de Educação
Joel.santos@campus.ul.pt

Gracinda Hamido

Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação
Gracinda.hamido@ese.ipsantarem.pt

Resumo

O presente número da *Interacções* tem como temática central o conceito de Inclusão em Educação, e assume vários propósitos, o principal deles assinalar a passagem de duas décadas sobre a Declaração de Salamanca. Neste número reunimos um conjunto de textos de naturezas diversas e que representam também várias abordagens / leituras do fenómeno da Inclusão. A presença de textos de tipologia algo diferenciada do que é habitualmente a matriz dos números temáticos da *Interacções* (por exemplo, entrevistas), de certo modo procura reforçar, pela estrutura e pelo conteúdo, a coerência do conjunto, fazendo justiça ao tema principal do próprio número. Poderíamos afirmar que este número da *Interacções*, ele próprio marcado por alguma diferenciação relativamente aos restantes, respeita e consagra a diversidade que defende.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Inclusiva.

Abstract

This edition of *Interacções* is centered on the concept of Inclusion in Education, and assumes various purposes, the main of which is to signal the passage of two decades on the Salamanca Statement. In this issue we gathered a set of texts diverse in nature and which also represent various approaches to the phenomenon of inclusion. The presence of different type of texts from that which is usually the array of thematic issues of *Interacções* (eg, interviews), in a way seeks to strengthen, through

the structure and content, the overall consistency, doing justice to the main theme of the issue itself. We could say that this issue of *Interacções*, itself marked by some differentiation from others, respects and affirms the diversity it defends.

Keywords: Inclusion; Inclusive Education.

O presente número da *Interacções* tem como temática central o conceito de Inclusão em Educação, e assume vários propósitos, o principal deles assinalar a passagem de duas décadas sobre a Declaração de Salamanca. Muitas das transformações que ocorreram, ao longo destes vinte anos, ao nível das sociedades /comunidades e dos seus sistemas educativos em particular, ficam a dever-se a interpretações / impactos desse documento. As organizações e agentes educativos estão, hoje, conscientes da necessidade de pensar sobre e encontrar respostas para a verdadeira inclusão de todos os cidadãos (mais e/ou menos jovens), para assegurar que todos eles, de modos e em planos diferenciados, aprendam, se tornem produtivos, participativos, e sejam felizes.

O cenário educativo está, hoje, atravessado e configurado por várias zonas de reflexão que naturalmente não são isentas de conflito. Questões como a que pretendemos tratar neste número, a Inclusão, estão necessariamente articuladas e interdependentes com outras que, contemporaneamente, se revelam agudamente relevantes: das mais globais como a da definição de políticas educativas em consonância com opções paradigmáticas profundamente distintas (e frequentemente não discutidas ou mesmo ocultadas); às questões mais específicas, como a profissionalidade docente, as concepções, práticas e avaliação das(nas) organizações e da(na) acção docente. O desenvolvimento de pensamento e de práticas inclusivas é, pois, um processo complexo que por isso exige atenção, observação, análise, avaliação, em suma investigação e aprendizagem.

Um pouco por todo o mundo, assim como em Portugal, sucederam-se medidas de carácter político-legislativo, acompanhadas a passos diversos pelas instituições envolvidas (famílias e escolas, instituições de formação, órgãos de poder nacional e local). As decisões e dinâmicas instituídas, assim como as “ondas” (vagas? dinâmicas?) de conceptualização acerca dos fenómenos envolvidos, foram reconfigurando, às vezes levando a reboque, essas mesmas instituições. Nesta como



em outras matérias, nem sempre houve distância e tempo suficientes para pensar nos caminhos percorridos e nos erros a evitar. E assim parece ser o próprio movimento pendular da História a encarregar-se de conduzir a própria História... É em parte por isto mesmo que entendemos ser pertinente ir construindo pontos de ordem, pontos de situação, contributos que suportem algumas pequenas paragens e reflexões, antes de prosseguir. E também as temos realizado! Alguns dos autores que contribuem para este número têm sido co-protagonistas de algumas dessas iniciativas.

É também por esta razão de balanço que este número temático se organizou de forma algo atípica, em relação à matriz dos restantes números. Entendemos que poderia ser interessante incluir entrevistas, realizadas por um dos editores deste número, com alguns dos agentes que reconhecidamente prestaram importantes contributos à evolução dos conceitos e das práticas de Educação Inclusiva em Portugal. Nas entrevistas com Ana Maria Bénard da Costa e com Sérgio Niza podem encontrar-se múltiplas evidências desses contributos, intercalados com e interdependentes das suas memórias e percursos individuais. Incluímos também um testemunho de uma jovem cega que reporta o seu sentir, a partir das várias experiências que caracterizam todos os jovens da sua idade, olhados contudo na perspectiva das implicações da sua circunstância particular. Poderíamos afirmar que este número da Interações, ele próprio marcado por alguma diferenciação relativamente aos restantes, respeita e consagra a diversidade que defende.

Pretendemos, portanto, neste número, marcar algum contributo para a reflexão /problematização sobre os caminhos, os problemas, e algumas das soluções encontrados, por quem (assumindo vários papéis) persegue o objectivo de defender o princípio e o valor da Inclusão. E pretendemos entender Inclusão aqui no seu sentido mais amplo, já que não nos identificamos com o que tem sido designado “guetização da Inclusão”: a Inclusão não é apenas assunto das deficiências ou dos deficientes, do mesmo modo que a Equidade não é apenas ideal de superação da pobreza ou dos socialmente desvalidos, e a Cidadania não é apenas exercício circunscrito no tempo e no espaço. Como começámos por acentuar no início deste editorial, aos fenómenos complexos não podemos aceder de forma simplificadora, tão pouco com visões hegemónicas, ora revivalistas ora de falsa inovação. O pensamento e as práticas inclusivas estão implicados e são necessários em todos os planos do funcionamento das sociedades. Em todos eles, e muito em especial nos planos socio-cultural, educacional e científico, que garantem em larga medida a sobrevivência e a evolução das sociedades humanas, trata-se de reconhecer e valorizar a diversidade, de gerar e

gerir sinergias, de potenciar os traços identitários de cada um aproveitando, em proveito de todos, o que de melhor cada um transporta consigo.

A Educação não escapa a esse desiderato, com uma particularidade que, a nosso ver, a coloca na “linha da frente”, transformando-a no mais incontornável espelho da sociedade: o que fizermos e/ou omitirmos no campo educacional, no quotidiano das escolas e das famílias, será sempre gritantemente projectado e visível nos comportamentos e nas competências de indivíduos e comunidades. O campo educacional é talvez daqueles em que melhor se identificam, e mais inúteis são, os discursos politicamente correctos mas vazios de substância, isto é, de acção e de pensamento efectivos e estratégicos. Todos os autores que integram este número da revista *Interações* o sublinham, e vários explicitam como a prática efectiva da educação inclusiva exige observação, adaptação, decisões e acções situadas, contextualizadas e colaborativas. Exige ética e convicções, mas também exige saber, e sabedoria para o (re)construir e para o usar!

A função da Educação só se cumprirá se e quando todos os que a reclamam tiverem pleno acesso a ela, e os que a promovem souberem garantir esse acesso.

Esses caminhos de acesso não estão dados à partida, por bons que sejam os quadros legais, ou por bem intencionados que sejam os agentes envolvidos (e, como bem sabemos, nem uma circunstância nem a outra são garantidas!). O acesso não será um produto de consumo, resultante de algo que lhe é prévio, mas poderá emergir de um processo de produção, de co-construção, nas interações quotidianas entre educandos e educadores. Nesse processo haverá que mobilizar várias inteligências e, talvez sobretudo, um saber educacional disponível para, a cada momento, se rever e se reconstruir.

Vários dos autores que integram este número temático da *Interações* falam-nos justamente de modos de conceber, assegurar, e apropriar-se dessas vias de acesso à aprendizagem e à participação a que todos têm direito. Os primeiros três reportam-se a práticas institucionais e docentes, focando-se na dimensão da intervenção no terreno, como é o caso de Porter e de César, Machado e Ventura, e na intervenção mais indirecta, através da formação continuada dos profissionais, como é o caso de Luís, Piscalho e Pappamikail. Com Borges, César e Matos, assim como em Melro e César, a mesma preocupação com a análise de contextos reais, desta vez reportando-se a alunos surdos nos ensinamentos secundário, superior e recorrente. Sampaio e Morgado e Santos e César trazem-nos trabalhos focados nas atitudes dos profissionais.



Cultura, políticas e práticas, parece ser uma tríade de conceitos na qual se revêem, e com que se comprometem, os autores dos restantes artigos: Santi e Ghedin, na perspectiva de defesa de um instrumento de avaliação que procura tê-la em conta, Sanches, na perspectiva de uma expressão de ponto de vista crítico face à inclusão, os nossos entrevistados (Ana Maria Bénard da Costa e Sérgio Niza), na perspectiva de um relato experiencial social e politicamente comprometido.

Faremos ainda uma breve apresentação de cada um destes trabalhos.

Gordon Porter.

A recipe for successfull inclusive education: three key ingredients revealed.

Iniciando o artigo com uma nota pessoal, dando conta de cerca de quatro décadas de trabalho essencialmente dedicadas ao ensino e, em particular, ao ensino de crianças e jovens “que não aprendiam tão bem quanto se poderia esperar”. É de modo directo e claro que este autor Canadiano reporta alguma da sua própria experiência de resistência e persistência na defesa de uma concepção verdadeiramente inclusiva do sistema educativo. Assume-se parte integrante da “Inclusive Education Canada”, uma rede de investigação colaborativa a cuja origem e desenvolvimento está ligado, juntamente com duas dezenas de outros académicos provenientes de Universidades de todo o país.

Assinalando o desencontro todavia existente entre os discursos construídos a partir da investigação e as práticas institucionais e docentes quotidianas, Porter procura identificar e sintetizar alguns aspectos (“ingredientes práticos”, nas suas palavras) que poderão contribuir para colmatar esse desencontro, e a manutenção de práticas segregativas e de exclusão, em que esse desencontro se traduz. *Pais e Professores, Melhoria da Escola e Todas as Crianças Juntas*, são as designações dos três ingredientes a que Porter se refere ao longo do artigo.

Margarida César, Ricardo Machado e Cláudia Ventura

Praticar a Inclusão e não apenas falar de Inclusão.

Mobilizando dados recolhidos em duas escolas da grande Lisboa, e uma metodologia de investigação-acção, os autores apresentam um conjunto de dinâmicas efectivamente concebidas e implementadas, com vista à plena inclusão de alunos em desvantagem, quer por apresentarem um quadro de cegueira, quer por dificuldades

globais de aprendizagem. Enquadram o conceito de 'inter empowerment' e de 'contrato didáctico', para evidenciar como podem ser importantes ferramentas de melhoria do desempenho escolar (em especial na disciplina de Matemática), assim como dos processos de socialização dos jovens e de verdadeira Inclusão.

Helena Luís, Isabel Piscalho e Lia Pappamikail.

Formar para incluir – a promoção de práticas inclusivas através da formação em contexto.

Neste artigo apresenta-se um projecto em desenvolvimento desde há poucos meses, envolvendo a parceria entre um grupo de docentes do Ensino Superior dedicadas à formação de Educadores e Professores e um grupo de docentes de diversos outros níveis do sistema. O projecto organiza-se em torno dos conceitos de formação em contexto, reflexividade, investigação-acção, trabalho colaborativo, e assume como objectivo central a promoção e disseminação de práticas inclusivas, nas escolas e agrupamentos envolvidos de forma directa e indirecta no próprio projecto.

Inês Borges, Margarida César e José Manuel Matos

Não sabiam que eu vinha?: A transição de dois estudantes surdos do ensino secundário para o universitário.

A partir de uma contextualização diacrónica do quadro legislativo de suporte à Educação Inclusiva, em particular no que refere à educação dos surdos, são identificados alguns aspectos críticos do funcionamento das escolas e das abordagens ao ensino que definem o acesso (ou falta dele) dos alunos às oportunidades de aprendizagem a que têm direito. Sustentados na análise de um estudo de caso duplo, que acompanham há alguns anos, os autores focalizam-se na questão das barreiras de comunicação e outras que se interpõem no acesso às ferramentas culturais de que os alunos necessitam para progredir no sistema educativo, muito especialmente na transição do ensino secundário para o ensino superior. Contrastam-se, do ponto de vista das abordagens aos "casos especiais" (como é o caso destes dois estudantes surdos) os sistemas de ensino Secundário e Superior, para evidenciar vários aspectos em que este último carece de ajustamentos que possibilitem o acesso à aprendizagem, em condições de equidade, a todos os estudantes.



Joaquim Melro e Margarida César

Inclusão de estudantes adultos surdos no ensino recorrente nocturno: uma (segunda) oportunidade para quem ?!

Trata-se de uma apresentação de parte de um trabalho de análise aprofundada do processo de inclusão de onze adultos surdos no ensino recorrente nocturno. Neste artigo, focados em dois desses adultos, os autores salientam as especificidades sociais e linguísticas desta população, com frequência apresentando-se a par com evidências de exclusão continuada; numa discussão epistemologicamente fundamentada, apontam a necessidade de que os processos de mediação do ensino e da aprendizagem sejam respeitadores de culturas próprias, traduzindo-se em princípios e práticas interculturais e inclusivos. O desenvolvimento das funções mentais superiores, do equilíbrio emocional e da própria identidade e legitimidade de participação em todos os planos da sociedade, depende em larga medida da capacidade da Escola reconhecer a língua gestual como legítima, conceber e implementar currículo multicultural e inclusivo, modos de ensino multilingue ou bilingue.

Catarina Sampaio e José Morgado

As atitudes dos Professores do primeiro ciclo do ensino básico face à educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais.

Neste artigo os autores evidenciam a conclusão de que a formação específica, inicial e continuada, na área da Educação Especial, possui impacto no desenvolvimento de atitudes favoráveis à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Problematizam o papel da formação enquanto instrumento de mudança, não apenas nos materiais e currículo, mas também nas ideias e atitudes face à Educação em geral, e à Educação Inclusiva em particular. Uma formação de qualidade, aliada à experiência de ensino em contextos colaborativos, estará, nesta perspectiva, fortemente conectada com a presença de atitudes positivas dos profissionais face à inclusão.

Joel Santos e Margarida César

Perspectivas face à Educação Inclusiva: um estudo de caso em escolas de meio rural Algarvio.

Os autores procuram desenvolver uma compreensão do que pode motivar respostas reveladoras de menor interesse pela inclusão, em mais de mil professores, alunos e encarregados de educação de escolas do 3º ciclo do ensino básico de zona rural do Algarve. Ancorados num trabalho de análise das respostas dos participantes a três escalas de avaliação de atitudes adaptadas para Portugal, identificam como relevantes para essa compreensão alguns elementos, como o sentido próprio de envolvimento na comunidade, sentido de inclusão/exclusão vivenciado no plano da sua participação social em cenários de educação não formal, como os que decorrem de actividades culturais de várias naturezas. Igualmente se salienta o papel fundamental de quem detém o poder, nas instituições educativas e de formação, de criar mecanismos de regulação e contextos propícios à Inclusão.

Marina Santi e Elisabetta Guedin

Commitment toward inclusion repertoire: a tool for flourishing communities.

Neste artigo as autoras apresentam o Reportório CTI (Compromisso visando a Inclusão), como ferramenta em contextos educacionais, tratando-se de um guião e instrumento de avaliação concebidos de acordo com um modelo bio-psico-social subjacente à Classificação Internacional das Funcionalidades (CIF, 2001) e em consonância com a Abordagem ao desenvolvimento de Capacidades (*Capacity Approach*) de Amartya Sen. Nesta perspectiva, a variabilidade funcional e a diferença correspondem à realidade e à experiência da maioria das pessoas, e não apenas de algumas minorias. O instrumento apresentado pretende criar condições de reflexão e desenvolvimento individuais e organizacionais, como forma de viabilizar e promover a construção de espaços verdadeiramente inclusivos. As autoras apresentam exemplos concretos de componentes que desdobram as principais dimensões do instrumento (Cultura, Políticas e Práticas), e das respectivas operacionalizações, sob a forma de comportamentos a promover dentro das organizações.



Isabel Sanches

“Sobrevoando” a deficiência: do que os portugueses pensam ao que os políticos fazem.

Neste texto a autora procura analisar alguns factores de conservação, assim como de transformação, das perspectivas / representações associadas à circunstância de se ser deficiente, ou de se (com)viver com alguém deficiente. Alguns mecanismos de actuação (culturais, sociais e políticos) mais ou menos dissimulados, são analisados na sua forma por vezes paradoxal de produzir (no lugar de combater) a exclusão.

Este número finaliza com um testemunho de vida de uma jovem cega e com duas entrevistas, a que já aludimos no texto inicial deste editorial. Acreditamos ter compilado, neste conjunto de trabalhos, ideias e conhecimento que possam deixar um contributo ao alargamento e aprofundamento da base de conhecimento sobre a Educação Inclusiva, fazendo justiça aos princípios defendidos desde há 20 anos na Declaração de Salamanca, cuja enorme relevância quisemos, assim, também assinalar.